

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais uma proposta indecente



Ideia de usar dinheiro de fundo de microempresas para socorrer empresas aéreas é um deboche

A proposta de usar dinheiro do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para socorrer empresas aéreas, em estudo no governo, é uma prova de que o improviso e a espreiteza na realocação de recursos públi-

cos ao sabor dos interesses do momento desconhecem limites. E se impedimentos legais são obstáculo às intenções do governo, a solução é tão simples quanto questionável: se a lei não permite, muda-se a lei.

O FGO foi criado pela Lei 2.087/2009 com a finalidade específica de complementar garantias exigidas pelos bancos em financiamentos a micro, pequenas e médias empresas, para o microempreendedor individual (MEI) e caminhoneiros. O escopo financeiro das empresas aptas ao uso do fundo prevê faturamento anual entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 90 milhões, uma realidade infinitamente distante da contabilidade das companhias aéreas.

Em 2023, as três maiores aéreas nacionais – Latam, Gol e Azul – faturaram em vendas de passagens entre R\$ 1,81 bilhão e R\$ 1,99 bilhão. Ou seja, nem com a maior benevolência do mundo poderiam se candidatar ao FGO, principal fonte de recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), gerido pelo BNDES. O programa foi criado durante a pandemia para desburocratizar a concessão de empréstimos aos pequenos empresários asfixiados pela seca de crédito bancário.

O governo se mostra empenhado em socorrer as empresas aéreas desde o início da terceira gestão lulopetista, numa campanha envolta em objetivos populistas de ofertar passagens baratas para “fazer o pobre andar de avião”, como já disse o próprio Lula da Silva, ávido por alegorias que o identifiquem como

padrinho dos pobres.

Até agora nenhuma das tentativas de socorro prosperou por absoluta falta de garantias das companhias para pagar os financiamentos vultosos que pleiteiam. O próprio BNDES refutou a criação de linha especial de crédito que seria um salto no escuro e um sério risco de governança – como, por exemplo, aceitar como garantia horários de pouso e decolagem (slots) aos quais as empresas têm direito nos aeroportos, ideia que desafia o bom senso.

Inabalável em sua tarefa de atender aos anseios do chefe, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, continua farejando saídas para o seu “pacote aéreo”. E foi com naturalidade impressionante que anunciou a possibilidade de uso do dinheiro do FGO, que não representaria custo fiscal por já ter recursos em caixa. “Vai sair”, garante o ministro, ignorando leis, estatutos e, principalmente, a escala de prioridades de políticas públicas da qual, com certeza, “andar de avião” não faz parte.

Quanto mais o governo se esmera em criar mecanismos para abrir o acesso a recursos – subsidiados – que giram em torno de R\$ 6 bilhões às empresas aéreas, mais incoerente parece o esforço, diante de questões tão mais urgentes para o cidadão brasileiro. Não cabe ao governo tutelar este ou aquele setor privado, mas sim desenvolver políticas para o bem-estar público, em educação, saúde, segurança, infraestrutura – enfim, garantir desenvolvimento econômico e social. ●

Acordo Débito ‘impagável’

Planalto irá negociar dívida de Estados, diz Tarcísio

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ontem que o ministro da Fazenda, Fernando Had-

dad, irá conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a dívida dos Estados.

“A partir do ‘ok’ do presiden-

te, ele (Haddad) chamaria os Estados para tentar fazer o acordo, ajustar o que tem de ajustar num período de 60 dias e, após

isso, fazer o envio ainda no primeiro semestre de um projeto de lei complementar ao Congresso”, disse Tarcísio, após reunião na sede da Fazenda.

O governador lembrou que São Paulo tem capacidade de pagar a dívida, mas disse com-

preender que a situação de endividamento dos Estados é grave. “É uma dívida que se torna impagável. A quantidade de investimentos realizados pelos Estados vem caindo ano a ano.” ● SHEYLA SANTOS e FERNANDA TRI-

SOTTO/BRASÍLIA

ESTADÃO

Alcântara,

o desastre espacial brasileiro

20 ANOS DEPOIS

O podcast do Estadão apresenta uma longa investigação sobre o maior acidente espacial da história do Brasil – e um dos maiores do mundo.

Os episódios estão disponíveis nas principais plataformas de áudio.

Use o QR Code para acessar.

PARTE DO PODCAST DE INVESTIGAÇÃO
PressReader.com +1 604 279 4604
Copyright © 2024 by Estadão S.A.

pressreader